

AMSTERDÃ, HOLANDA, 10 DE OUTUBRO DE 2000

É com satisfação que me dirijo aos participantes deste seminário sobre a economia brasileira ao término de minha visita oficial aos Países Baixos.

Representantes dos governos e do setor privado de nossos dois países reuniram-se aqui para o que tenho certeza constituiu uma discussão bastante produtiva. Tiveram a oportunidade de intercambiar opiniões e informação atualizada sobre as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e os Países Baixos.

Sei que dirigentes de empresas neerlandesas falaram sobre sua experiência como investidores no Brasil, e isso certamente foi muito útil.

De fato, o momento de realização deste encontro foi perfeito, uma vez que ambos os países tem atravessado significativas mudanças econômicas – e nada mais natural do que isso resultar em novas perspectivas para nossa cooperação.

A economia neerlandesa é próspera e dinâmica em termos de comércio e indústria, bem como nas finanças, e por isso tem todas as condições de se desenvolver ainda mais.

Vemos os Países Baixos como uma sociedade em evolução, afinada com as forças da modernização que movem hoje o sistema econômico mundial. Ao mesmo tempo, é um país que associa prosperidade econômica a resultados igualmente admiráveis na esfera social.

Temos também que considerar a importância histórica dos Países Baixos como um centro de comercialização e distribuição de mercadorias de todo o mundo. Para o Brasil, os Países Baixos são um parceiro fundamental na Europa e no mundo, e a razão desta minha visita é precisamente a de queremos aprimorar essa parceria de maneira mutuamente benéfica.

No Brasil, os Senhores encontram uma sociedade que experimenta progresso e transformação consistentes.

Nos últimos dez anos, algumas tendências significativas se destacam: modernização econômica, fortalecimento da democracia, um forte compromisso com a estabilidade macroeconômica e com a reforma de nossa economia, juntamente com uma crescente participação da sociedade civil e a consolidação de nossas instituições, com a realização de eleições livres e periódicas, como as que tiveram lugar agora para os cargos de Prefeito e Vereador.

Temos empenhado esforços, e continuaremos a fazê-lo, no sentido de reformas estruturais domésticas, com vistas à consolidação do Plano Real – nosso plano de estabilização – e para criar condições para novos avanços nos indicadores sociais. Liberalizamos as normas de comércio e estamos realizando um dos maiores programas de privatização já realizados, possivelmente o maior da história do capitalismo.

Estamos buscando novas reformas em diversas áreas, como a seguridade social, o sistema tributário, as leis que regulam a responsabilidade fiscal.

Mas a estabilidade não é um fim em si mesmo. O objetivo mais importante do Brasil, no plano interno, é a promoção de uma sociedade democrática mais equilibrada, mais justa e mais equitativa.

Os últimos três anos trouxeram sérios desafios, como resultado das turbulências internacionais causadas pelas crises na Ásia e na Rússia. Como uma das principais economias emergentes, o Brasil

não esteve imune aos efeitos econômicos globais dos problemas financeiros asiáticos em 1997 e da insolvência russa em 1998.

O Governo brasileiro reagiu com determinação, adotando políticas restritivas, voltadas para garantir a austeridade fiscal e a estabilidade macroeconômica. Para preservar as conquistas derivadas do programa de estabilização, o Governo pôde contar com o firme apoio do Congresso e com a vigilância de uma imprensa ativa.

A forma pela qual o Brasil superou a recente crise econômica mostra como nossa sociedade civil tornou-se dinâmica e como nossa democracia amadureceu.

Em janeiro de 1999, o Governo brasileiro viu-se forçado a desvalorizar o Real e a adotar um regime de câmbio de taxas flutuantes. Ao mesmo tempo, acreditava-se que o impacto dessa desvalorização desencadearia novamente os aumentos de preços, levando ao retorno da assim chamada “hiperinflação” e a uma recessão profunda.

Essas previsões pessimistas foram desmentidas pelos fatos. O que efetivamente ocorreu ao longo do ano passado foi algo inteiramente distinto. Em função, sobretudo, dos fundamentos sólidos da economia brasileira, nós não apenas evitamos uma contração do PIB em 1999, mas também conseguimos colocar o País, uma vez mais, claramente no caminho de uma forte recuperação econômica.

Em vez de uma recessão, tivemos uma pequena taxa de crescimento positivo em 1999 (um pouco abaixo de 1%), e contrariamente às profecias pessimistas, a inflação (de cerca de 9%) permaneceu dentro das previsões governamentais (entre 6 e 10%).

A perspectiva econômica geral para o Brasil no ano 2000 e para os próximos anos é muito positiva. O crescimento do PIB deverá alcançar pelo menos 4% este ano, como resultado da queda nas taxas de juros, entre outros fatores. A previsão de inflação está em torno de 6,7%.

O principal sinal de confiança na economia brasileira tem sido o elevado e contínuo nível de ingresso de investimento estrangeiro direto. Em 1999, o IED alcançou o nível recorde de US\$ 31 bilhões, colocando o Brasil como o quarto maior destino de investimento no mundo, após os EUA, o Reino Unido e a China.

Essa tendência positiva deverá continuar no ano em curso, impulsionada pela recuperação econômica e pela nova fase das privatizações. Desde o início do ano, temos recebido cerca de US\$ 2 bilhões por mês em investimento estrangeiro direto.

Do ponto de vista do Governo brasileiro, não há contradição entre políticas macroeconômicas austeras, progresso social e consolidação democrática. A estabilização cria as condições para melhorar o padrão de vida e para fortalecer a democracia. Buscamos o êxito econômico em nome da justiça social e da crescente participação política.

As estatísticas mostram que o progresso social no Brasil foi considerável nos últimos anos. A educação é uma de nossos principais desafios e uma de nossas mais altas prioridades. A ênfase dada pelo Governo brasileiro à educação, em particular à educação primária, em um esforço focalizado e de âmbito nacional para colocar todas as crianças na escola, já produziu resultados notáveis.

O número de crianças entre 7 e 14 anos na escola é atualmente de 96% do total. No que se refere a outras realizações na área social, a taxa de mortalidade infantil continuou, durante os anos 90, sua trajetória declinante que já vem de 30 anos, reduzindo-se de 48 mortes por mil nascidos vivos em 1990 para uma estimativa de 35 por mil em 2000.

Outra tendência importante no Brasil de hoje é a reconstrução do Estado, com base em novos alicerces. Quero ser claro: não se trata de um mero rearranjo do velho Estado, que já não tem um papel a desempenhar no mundo atual. Nem se trata de uma demolição do Estado, como nas propostas neoliberais de um “Estado mínimo”.

Ao contrário, estamos reformulando a administração pública, para livrá-la de distorções seculares, para fazê-la mais transparente e, portanto, mais forte e mais capaz de levar a efeito políticas públicas. A privatização foi parte desse processo, mas estamos muito além disso.

Estabelecemos novos instrumentos para proteger o interesse público, tais como as agências regulatórias, os fundos de ciência e tecnologia, um novo modelo de gestão pública e planejamento, a descentralização tanto de recursos como de processos decisórios, uma

participação crescente da sociedade civil nas políticas de governo e o maior acesso às tecnologias da informação.

Deve-se mencionar aquilo que denominamos Avança Brasil, que é um programa plurianual de instimento público e privado em áreas sociais e de infra-estrutura. Os investimentos desse programa foram planejados não apenas em uma perspectiva nacional, mas também em âmbito regional, porque muitos dos projetos identificados têm impacto do ponto de vista da integração econômica e física com nossos vizinhos da América do Sul – estradas, hidrovias, gasodutos, linhas de transmissão elétrica, etc.

Essa é uma das razões pelas quais convidei os Presidentes da América do Sul para uma reunião de cúpula em Brasília, que teve lugar há cerca de um mês. Em cooperação com o BID, estamos agora comprometidos a realizar um estudo sobre a implementação de projetos de integração física. Tenho a certeza de que isso abre novas possibilidades em nossa região e que esses projetos atrairão atenção cada vez maior por parte de nossos parceiros no exterior, em particular entre investidores europeus e neerlandeses.

Outra área em que a comunidade empresarial neerlandesa pode ajudar a impulsionar nossas relações é a das negociações de livre-comércio entre o Mercosul e a União Européia. No último ano, acolhemos com satisfação o mandato outorgado à Comissão Européia com vistas ao início dessas negociações, mas acredito que agora é hora de avançar. O Brasil atribui grande importância à conclusão, com êxito, de um acordo como a União Européia, uma vez que relações equilibradas e bem distribuídas entre as várias regiões do mundo são um objetivo estratégico permanente de nossa política de comércio exterior.

O ano de 2005 é o prazo-limite acordado para o estabelecimento de uma área de livre comércio nas Américas. Como um *global trader*, o Brasil não deseja ver-se atado a um único bloco. É por isso que o progresso na integração hemisférica deveria ser acompanhado de avanço nas negociações entre o Mercosul e a União Européia. Seria um grave erro de nossos parceiros europeus não compreender a grande

importância das questões em jogo nessa encruzilhada histórica da América Latina.

Conclamo a comunidade empresarial europeia – e a neerlandesa em particular – a apoiar essa negociação e a tornar possível um acordo com o Mercosul.

Para isso, é essencial encontrar solução para diversas questões e aqui, novamente, o apoio da comunidade empresarial neerlandesa é crucial. Uma dessas questões é a necessidade de uma acesso mais amplo do Brasil e do Mercosul ao mercado da União Europeia, especialmente na agricultura.

Não podemos falar seriamente sobre oportunidades de comércio e investimento entre nossos países e regiões sem superar alguns dos problemas mais sérios do comércio internacional de nossos dias, a saber, o protecionismo, a competição desigual e o abuso das barreiras não-tarifárias, para mencionar apenas alguns.

O quadro que estou brevemente descrevendo proporciona uma base sólida para a expansão e o fortalecimento de uma parceria entre o Brasil e os Países Baixos.

Os Países Baixos têm sido uma das seis maiores fontes de investimento estrangeiro nos últimos anos. Em 1998, os investimentos neerlandeses no Brasil somaram cerca de 3,4 bilhões de dólares, colocando os Países Baixos em terceiro lugar, depois da Espanha e dos Estados Unidos. Em 1999, esses investimentos reduziram-se para cerca de 2 bilhões de dólares, mantendo-se, no entanto, em uma boa posição em termos comparativos.

Essa redução deveu-se, seguramente, às dificuldades financeiras que atravessamos no ano passado. Estou confiante de que essa tendência deverá se reverter este ano e nos anos a seguir.

Apenas no período entre janeiro e junho de 2000, os investimentos neerlandeses chegaram a quase 1 bilhão de dólares (997 milhões e 350 mil dólares, para ser preciso).

Temos que trabalhar juntos para multiplicar as oportunidades também na área do comércio. Deve-se notar que, no passado recen-

te, em termos relativos, as importações brasileiras cresceram em ritmo mais rápido do que nossa exportações para os Países Baixos.

Os Países Baixos são o terceiro mercado de exportação para o Brasil. Acima de tudo, isso se deve à importância estratégica do porto de Rotterdam, que é o principal ponto de entrada de produtos brasileiros para o mercado europeu.

Por outro lado, o Brasil é o vigésimo-segundo destino de exportações neerlandesas, que consistem basicamente de bens manufaturados. As exportações brasileiras para os Países Baixos incluem sobretudo produtos de base e de baixo valor agregado.

Acredito firmemente ser de interesse de nossos dois países não apenas ampliar o volume de comércio, mas também diversificá-lo.

A indústria brasileira conheceu significativos aumentos de produtividade nos últimos anos. Os empresários brasileiros responderam ao desafio da qualidade e da eficiência. Somos competitivos em vários setores que envolvem intensa utilização de tecnologia. Nossa indústria é forte e diversificada, e tem-se modernizado em ritmo acelerado. Oferece oportunidades extraordinárias para investimentos, parcerias tecnológicas e *joint-ventures*.

Em conclusão, identifico grandes possibilidades de atuação conjunta entre o Brasil e os Países Baixos. E é com satisfação que vejo que este seminário faz uma contribuição de relevo para alcançar tal objetivo.

Acredito firmemente nos benefícios de uma parceria crescente entre nossos dois países.

E espero sinceramente que o início do novo milênio venha a selar a consolidação dessa parceria, porque nossos governos e nossas sociedades enfrentam os mesmos tipos de desafios e compartilham os mesmos objetivos: o da modernização econômica e do bem-estar social. Estaremos em melhores condições para realizar esse objetivo se trabalharmos juntos. E pelo que vi aqui na tarde de hoje, não tenho dúvida de que poderemos fazê-lo.

Muito obrigado.

